

Perspectivas da indústria de alimentação animal acerca da cadeia produtiva de proteína animal

Arioaldo Zani, médico veterinário, Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal, Diretor do Departamento de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Diretor do Colégio Brasileiro de Nutrição Animal, Conselheiro da Asociación de las Industrias de Alimentación Animal de América Latina y Caribe, Board Member of the International Feed Industry Association, Professor MBA Agronegócio da USP/ESALQ/PECEGE e Professor Convidado do Mestrado Profissional/FZEA/USP, Membro do Conselho Consultivo do SESI/SENAI/SP

O Brasil é um dos protagonistas na produção de alimentos e líder na exportação de proteína de origem animal, não por acaso, mas por conta da inovação e das contínuas melhorias implementadas pelo setor privado que asseguram a credibilidade dos nossos produtos pecuários.

No ano passado, a exportação das carnes bovina, suína e de frango rendeu mais de US\$ 17 bilhões, além de empregar milhões de trabalhadores e promover desenvolvimento econômico local, contribuir decisivamente para diminuição do déficit da balança comercial brasileira e assegurar grande parcela do suprimento global.

É por esse motivo que todos os elos da cadeia produtiva de proteína animal buscam implementar soluções tecnológicas que garantam a produção sustentável e aliada ao modelo de criação moderno, cujo objetivo é diminuir ao máximo o tempo de permanência do animal



dentro do ciclo de produção, reduzir custos, incrementar a produtividade e diminuir o impacto ambiental, ou seja, produzir mais com menos e com preço adequado à capacidade do consumidor (atualmente o brasileiro gasta em média 16% com alimentação, enquanto há quatro décadas mobilizava 40%).

O crescimento da produtividade, portanto, é condição indispensável para o sucesso produtivo e garantia futura de melhor padrão de vida das pessoas e preservação do meio ambiente. Aliás, desde os anos 70, quando o Brasil ainda importava grande quantidade de alimentos, o agronegócio brasileiro já cresceu quase 200%. Para exemplificar, a produção de carne bovina aumentou, de 1979 a 2009, em 5,42% a.a, a suína em 4,66% a.a e a de aves em 8,45% (Gasques e colaboradores, 2010).

Mesmo assim, os empreendedores brasileiros continuam mobilizando esforços e recursos para manter



os índices conquistados e avançar com seus excedentes agropecuários (aproximadamente 30% da produção local) para além dos atuais 180 mercados ao redor do mundo.

O vigor é tal que mesmo atracado ao pesado “custo Brasil”, que diminui a rentabilidade e compromete a competitividade dos empreendedores, além de levar à queda da produção dentro e fora da porteira, o PIB do agronegócio em 2014 deve superar R\$ 1,1 trilhão. Segundo o CEPEA/USP, até agosto/14, já agregou mais 1,95%, enquanto a pecuária e seu efeito multiplicador já somou aproximadamente R\$ 370 bilhões (33% do PIB do agronegócio).

Consumidora e supridora de insumos para a indústria, fornecedora de capital para a expansão e divisas para as importações do setor não agrícola, além de produtora de alimentos e geradora de empregos para

a população doméstica, essa atividade tem sucedido e superado recordes, apesar da pífia contrapartida pública.

Ou seja, o investimento médio empenhado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na segurança da sanidade agropecuária foi de apenas R\$ 114 milhões entre 2008 e 2012, R\$ 120 milhões em 2013, R\$ 141 milhões em 2014 e R\$ 185 milhões em 2015, frente aos riscos proporcionais ao nosso território de dimensões continentais, já que o Brasil possui 17 mil km de divisas terrestres (maioria florestas), mais de 7,3 mil km de fronteiras marítimas e espaço aéreo de mais de 8 milhões de km².

O Governo precisa elaborar políticas públicas adequadas, gastar muito menos em custeio e corrigir as deficiências infraestruturais que permitam ao setor privado continuar investindo o capital necessário para incremento contínuo da produtividade. Adicionalmente, o Estado deve deixar de financiar suas operações por meio do endividamento público e abandonar a ideia de capitalizar instituições estatais para privilegiar apenas alguns poucos setores, em detrimento de tantos outros empreendimentos menos afortunados que acabam por subsidiar esse crédito.

Inserida nessa complexa cadeia produtiva, a indústria de alimentação animal acaba também por encarar o crescente movimento radical que rejeita perigosamente a influência das ciências naturais e desdenha dos reais perigos que afetam uns mais que outros, e que faz apologia ao contraditório princípio da precaução. Esses videntes apocalípticos costumam atribuir, ao modelo de nutrição animal e ao cardápio contemporâneo, o mito de fatores de maior risco à saúde e à sobrevivência dos seres humanos, dentre eles a mobilização dos organismos aperfeiçoados geneticamente (OGM), o emprego dos agentes melhoradores de desempenho zootécnico (antimicrobianos e beta-agonistas) e a nanotecnologia.

Apesar da esquizofrenia econômica, dos níveis deprimidos da confiança do empresariado e do consumidor, dos estoques elevados na indústria, da elevação da taxa doméstica de juros, do menor acesso ao crédito, da desaceleração da massa salarial real, dos óbices de consciência, e do rally de projetos de Lei que paradoxalmente tentam eliminar a atividade pecuária da matriz econômica nacional, a indústria de alimentação animal vai continuar respondendo aos estímulos da cadeia produtiva e deverá produzir em 2015 quase 70 milhões de toneladas de rações e sal mineral.